

## **O megaempreendimento Porto do Açu-RJ em sua narrativa sobre o desenvolvimento regional: o discurso de vídeos institucionais que legitima ações no território**

Ives da Silva Duque-Pereira<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho pretende fazer uma análise qualitativa a partir dos discursos estabelecidos na rede social “YouTube”, no canal da empresa PRUMO Logística, responsável pela administração do Complexo Logístico Industrial Porto do Açu (CLIPA), um megaempreendimento localizado na região Norte Fluminense, dentro do município de São João da Barra, RJ, com efeitos diversos percebidos nas cidades circunvizinhas. Com um histórico de conflitos no território para se constituir como empreendimento, o CLIPA apresenta a utilização da referida rede com intenção de comunicar seus avanços desenvolvimentistas para a região. Para este trabalho, se acredita que intrínseco à comunicação está a constituição de discursos. Discursos não são neutros já que são enunciados por sujeitos que estão historicamente e socialmente inseridos em um contexto específico, portanto, dotados de intencionalidade.

**Palavras-chave:** discurso, desenvolvimento, Açu

### **Abstract**

The present work intends to make a qualitative analysis based on the speeches established in the social network "YouTube", in the channel PRUMO Logística, responsible for the administration of the Industrial Logistic Complex Porto do Açu (CLIPA), a mega project located in the North Fluminense region, within the municipality of São João da Barra, RJ, with diverse effects perceived in the surrounding cities. With a history of conflicts in the territory to be an enterprise, CLIPA presents the use of this network with the intention of communicating its developmental advances to the region. For this work, it is believed that intrinsic communication is the constitution of discourses. Discourses are not neutral since they are given by subjects who are historically and socially inserted in a specific context, therefore, endowed with intentionality.

**Key-words:** speech, development, Açu

---

<sup>1</sup>Mestrando em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, Universidade Federal Fluminense.

## **Introdução**

Ao pensar nos conflitos ambientais, necessariamente, precisamos ficar atentos ao campo do pertencimento de sujeitos em seu lugar de ação. O lugar enquanto categoria reflexiva de espaço em que homens e mulheres possuem relação intrínseca consigo mesmo, com o outro e o meio natural seja ele transformado ou não. Esse lugar que carrega consigo história e memória, ou seja, pertencimento.

Para Bourdieu (1998), todos os seres ocupam um espaço, ou seja, sujeitos e objetos se situam em um espaço físico existente. Porém, esta localização, dotada de extensão, superfície e volume, extrapola o espaço físico a partir do momento que há uma relação entre elementos dispostos no lugar. O espaço social, ou lugar, portanto, é constituído de relações por parte dos agentes sociais com o espaço, consigo mesmo e com outros lugares.

Estas relações não são harmoniosas, mas repletas de conflitos cujo objetivo é a apropriação e uso do espaço. Há uma hierarquização que se desenvolve, nesse contexto, em que os sujeitos são classificados a partir de seu lugar de origem. Também há um deslocamento de valor real e simbólico dos espaços a medida que surgem interesses, sobretudo econômicos.

Nesse sentido, quando fenômenos econômicos como a construção de um porto surgem, há uma automática valorização econômica dos espaços físicos em detrimento de uma desvalorização dos espaços sociais, estrategicamente pertinente para a viabilização e implementação de projetos.

Partindo deste princípio, o presente trabalho pretende demonstrar como isto ocorre no campo dos discursos, mais precisamente ao analisar vídeos da empresa Prumo, responsável pela administração do Complexo Logístico Portuário do Açú, em seu canal na rede social YouTube<sup>2</sup>. Para isso, utilizarei de revisão bibliográfica e análise de conteúdo como metodologia.

Na primeira parte, pretende-se discorrer sobre o discurso ideológico da imagem, seguida pela contextualização da instalação e funcionamento do complexo Portuário do Açú. Por fim, será elencado e analisado os vídeos presentes no canal do YouTube da empresa e apresentado considerações finais sobre a presente pesquisa.

### **O discurso ideológico da imagem**

Para Bomeny (2009), a comunicação entre sujeitos foi o que permitiu a vivência coletiva ao constituir sociedades primitivas e possibilitar seu desenvolvimento na contemporaneidade. O ato de comunicar-se, seja por gestos, palavras faladas e escritas, sons ou imagens, designou ações sociais criadoras de uma cultura. Pela comunicação os indivíduos se reconhecem, da mesma forma que se

---

<sup>2</sup>Rede social de compartilhamento de vídeos pelos usuários cadastrados. Se torna um canal de comunicação tanto para pessoas comuns quanto para empresas que publicam os mais diversos materiais imagéticos.

percebem como diferentes. Por causa da comunicação, o espaço físico natural transformou-se em espaço social.

A comunicação sempre esteve presente no contexto social do homem. Para Meggs e Purvis (2009) a alvorada das comunicações visuais ocorreu com as pinturas rupestres, encontradas na África e datadas com mais de 200 mil anos, tendo como objetivo a sobrevivência, fins utilitários e ritualísticos. Tanto a escrita quanto a linguagem visual tiveram origem nestas simples imagens milenares. Por isso, a produção de imagens – em diversos suportes – inicialmente esteve ligada à sua permanência e sobrevivência no ambiente que vivia, como foi o caso das pinturas rupestres. Para Maciel (2009), o homem ao agir para atingir um objetivo, constrói uma realidade mediada pela produção de sua própria existência. Essa produção é pela necessidade de estabelecer relação com o outro por meio da comunicação, seja qual for o suporte.

Intrínseco à comunicação está a constituição de discursos. Discursos que se constroem e se modificam mutuamente com os sujeitos que os proferem. Discursos não são neutros já que são dados por sujeitos que estão historicamente e socialmente inseridos em um contexto específico, portanto, dotados de intencionalidade.

Toda imagem, seja ela estática ou em movimento, possui uma intencionalidade, constituindo-se um discurso ao comunicar algo com os elementos que a compõem.

[...] Se a imagem, em sua materialidade e rede interdiscursiva, instaura sentidos, não os instaura de forma isolada, desconectada; ela, antes de ser analisada como peça avulsa, fora do jogo da história, deve ser concebida de forma mais ampla. Na garimpagem das buscas pro processos de significação, ela deve ser observada como inclusa em uma formação ideológica. O que não quer dizer que esta imagem possa ter tantas interpretações quantos leitores nela se debruçarem (MEDEIROS, 2009, p. 23).

Com a evolução tecnológica, principalmente no século XX, os padrões de produção de discursos foram se modificando juntamente com suas necessidades. Foi justamente uma revolução de técnicas que permitiu uma mudança acelerada na Comunicação Visual, antes restrita a grupos específicos, na criação e transformação de tipografias, normatização do desenho, linguagem visual e estrutura de grafismos e estilos (BOMENY, 2009, p. 15).

Contudo, com o desenvolvimento do sistema capitalista, os discursos foram sendo apropriados para a produção de sentidos que fomentassem as necessidades acumulativas do capital. As artes gráficas, por exemplo, antes ferramenta comunicativa dos homens, passaram a serem utilizadas para obtenção do lucro. A publicidade e propaganda se tornaram uma das ferramentas mais utilizadas para um mercado ávido em convencer os sujeitos de seus discursos e leva-los ao consumo (DUQUE-PEREIRA, 2016, p. 7).

Nesse sentido, existem forças ideológicas distintas que conduzem os sujeitos, com seus discursos, para muitas direções. Da mesma maneira que surge um discurso hegemônico, dotado de intencionalidade econômica, há aqueles que produzem contra discursos a partir de uma realidade que está sendo tencionada.

A disputa se dá no campo do convencimento pelo discurso, antes de qualquer ação prática. Dessa maneira, instaura-se um conflito que Acselrad (2004, p. 19) descreve como sendo uma luta pela distribuição do poder no espaço por meio do reconhecimento do legítimo direito de uso do território. Essas lutas simbólicas contestam o direito, exigido pelas múltiplas formas sociais, de se apropriar de matéria e energia inferindo práticas culturais e significação ao território.

Deste ponto de vista, se considerarmos o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, sua nomeação – ou seja, a designação daquilo que é ou não é ambientalmente benigno – redistribui o poder sobre os recursos terceirizados, pela legitimação/deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e/ou de suas localizações. As lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais. Pois o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, é um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudança ambiental”, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica (ACSELRAD, 2004, p. 19).

Estes espaços desejados são contestados simbolicamente pelos discursos que se apresentam no lugar de ação em que sujeitos são atuantes. A representação, portanto, serve para legitimar ações, que em um contexto desenvolvimentista significa, no campo do discurso hegemônico, a construção de uma justificativa a priori de um modelo econômico a ser implementado.

A dominação pelo convencimento está presente nos discursos estabelecidos no que Appadurai (2004) chama de mediapaisagem, ou seja, paisagens que são:

Iconográficas intimamente relacionadas. Mediapaisagem refere-se à distribuição da capacidade eletrônica para produzir e disseminar informação (jornais, revistas, estações de televisão e estúdios de produção de filmes) que estão agora ao dispor de um número crescente de interesses privados e públicos em todo o mundo e das imagens do mundo criadas por esses meios de comunicação. Estas imagens encerram muitas inflexões complicadas, conforme o seu gênero (documento ou diversão), as suas ferramentas (electónicas ou pré-electrónicas), os seus públicos (local, nacional, transnacional) e os interesses daqueles que as detêm e controlam. O aspecto mais importante destas mediapaisagens é que fornecem (especialmente sob a sua forma de televisão, cinema e cassette) vastos e complexos repertórios de imagens narrativas e etnopaisagens a espectadores de todo o mundo, e nelas estão profundamente misturados o mundo da mercadoria e o mundo das notícias e da política (APPADURAI, 2004, p. 53/54).

Portanto, há uma utilização da mediapaisagem para a construção de um discurso de dominação pelo convencimento, por parte de empresas e governos que impõe uma visão sobre o desenvolvimento regional, e assim, conseguem implementar megaempreendimentos com o apoio popular por meio da construção de um imaginário de futuro grandioso e próspero.

O vídeo, concebido como um conjunto de imagens em frames, também cumpre a função de comunicar algo que é ideologicamente norteado. Os sentidos produzidos por uma produção audiovisual, estão carregados de elementos culturais que levam os sujeitos que consomem tais imagens a interpretações e apropriações diversas de sua mensagem.

Ao analisar a cultura imagética e a natureza a qual está sendo representada, devemos fazê-lo

[...] não como entes dados e pré-sociais, e sim como construções culturais, se é que desejamos determinar seu funcionamento como dispositivos para a construção cultural, da sociedade humana, do gênero e da economia (MACCORMACK e STRATHERN apud ESCOBAR, 2005, p. 4).

Desta maneira, atentando para uma sociedade imersa em um sistema cujo o discurso econômico, sob a égide do desenvolvimento único<sup>3</sup> e global, se sobrepõe as questões ambientais e humanas locais, é preciso olhar para tais ferramentas de comunicação como algo construído e passível de desconstrução. Essa retirada do véu, expondo a ideologia por trás do discurso, pode causar um entendimento da sua intencionalidade e ajudar na construção de outros discursos voltados para alternativas de desenvolvimento e resistência do que é posto como verdade absoluta e inquestionável.

### **Complexo Logístico Industrial Porto do Açu**

O Complexo Logístico Industrial Porto do Açu (CLIPA), formado pelo Complexo Portuário do Açu e pelo Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), é um megaprojeto localizado na região Norte Fluminense, dentro do município de São João da Barra, com efeitos nas cidades circunvizinhas. Com uma população, segundo o IBGE (2017), de 32.747 habitantes e uma área territorial de 455,044 km<sup>2</sup>, São João da Barra possui uma densidade demográfica de 71,96 hab/km<sup>2</sup>.

---

<sup>3</sup>Ao tratar do binômio “desenvolvimento/subdesenvolvimento” Latouche (1994) se preocupa em apresentar um quadro de ocidentalização do mundo por meio do imperialismo. Mesmo entendendo o imperialismo como assunto econômico, o autor discorre sobre a ocidentalização como desculturação. “A introdução de valores ocidentais, da ciência, da técnica, da economia, do desenvolvimento, do domínio da natureza, são alicerces da desculturação.” (Latouche, p. 64, 1994). Como fruto desse processo, há uma conversão de valores, antes múltiplos, para “necessidades” comuns. Nesse contexto, houve uma universalização dos valores do ocidente – países imperialistas - como sendo “naturais” a todos os homens. Assim, essa dominação ocidental constrói a ideia de progresso voltada pra si, em que o desenvolvimento, e por consequência o subdesenvolvimento, é aquele ditado pelo colonizador ao trazer consigo a desculturação dos povos colonizados. Essa universalização da ideia de um único tipo de desenvolvimento acaba impedindo novos – ou já em curso - modelos locais. Da forma como essa ideia única vem sendo construída historicamente, “o desenvolvimento é, portanto, a busca do prolongamento da colonização” (Latouche, p. 70, 1994), pelo fato de aprisionar os países ditos “subdesenvolvidos” a um modelo a ser seguido sob o comando dos países ditos “desenvolvidos”.

Contudo, para Pires apud Alvarenga (2013), é um município que historicamente sempre teve como característica territorial uma grande concentração de terras. Esta concentração foi, junto de sua localização, um fator essencial na escolha da localidade para a implementação do CLIPA, pelo grupo EBX. A importância da concentração no município, para a construção do CLIPA, se deu pelo fato da facilidade para aquisição de terras, por compra ou desapropriação, tendo poucos intermediários e por consequência pouca resistência.

Assim, possibilitou-se que em 2007 começasse a construção do Complexo Portuário do Açú, com 17 km de píeres em uma área de 90 km<sup>2</sup>. Além dos píeres, com capacidade de receber até 47 embarcações, o megaempreendimento foi idealizado como Complexo Industrial e Logístico para abrigar diversos seguimentos deste setor, prevendo a criação de um Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB).

Segundo a PRUMO<sup>4</sup> (2017), o Complexo Portuário do Açú, que está em operação desde outubro de 2014, já é o sétimo terminal privado em movimentação de cargas do Brasil. Com receita líquida, em setembro de 2016, de R\$ 319 milhões e um investimento, até o 3º trimestre de 2016, de R\$ 12 bilhões, o Complexo Portuário do Açú tem permitido o retorno do investimento por meio do aluguel de áreas e movimentação de cargas.

Ainda com dados da PRUMO (2017), é possível perceber o pleno funcionamento da região portuária com a movimentação no Terminal do Petróleo (parceria da Prumo com a alemã Oiltanking), na realização do transbordo de petróleo para a BG E&P Brasil Ltda., subsidiária da Royal Dutch Shell. Há também operação de minério de ferro, pela Ferroport (parceria da Prumo com a Anglo), o Terminal de Combustíveis Marítimos do Açú (parceria da Prumo com a BP), cuja função é o comércio de combustível marítimo para embarcações que trafegam a costa brasileira e o Terminal multicargas que movimenta bauxita, carvão, coque e cargas gerais. Outras empresas possuem seu terminal em operação, como a Tecnip que construiu no Complexo sua maior unidade, a Edison Chouest, com a maior base de apoio offshore do mundo, a NOV e a InterMoor.

O que se pode perceber com esses dados é a grandiosidade de um projeto que mesmo sem estar completamente implementado, com uma lentidão em relação ao desenvolvimento do Distrito Industrial, já se apresenta com grande importância logística para o setor mineral e petrolífero.

### **Os invisíveis do Açú**

O Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), se tornou o principal investimento depois do Complexo Portuário do Açú e foi idealizado para se integrar com o Complexo Portuário. Com

---

<sup>4</sup>A Prumo é uma empresa privada que atua no setor de infraestrutura e logística, controlada pelo EIG Global Energy Partners, fundo americano que atua nos setores de energia e infraestrutura. Após dificuldades financeiras do grupo EBX.

uma área de 72 km<sup>2</sup>, o projeto inicial previa o abrigo de indústrias siderúrgicas, unidades de construção naval, indústrias de apoio offshore, cimenteiras, automobilísticas, unidades de tratamento de petróleo, usinas termoelétricas, indústrias metal mecânico, entre outras. Este projeto é fruto da junção de esforços da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN – e a LLX Logística, subsidiária do Grupo EBX.

Atualmente gerido pela Prumo Logística, apenas empresas como a NOV, que produz tubos para transporte de petróleo e gás, a Wartsila, que fabrica motores e geradores de navio e a Ferroport, com atividades ligadas à exportação do minério de ferro que se encontram na região distrital, sendo que outros contratos foram assinados para o desenvolvimento de unidades, contudo, sem operação até o momento (O GLOBO, 2016).

Segundo Alvarenga (2013), a área desapropriada e destinada ao DISJB era ocupada por pequenos agricultores que, em sua grande maioria, não queriam deixar seu local de pertencimento. Essas desapropriações, fruto do esforço conjunto da CODIN e empreendedores privados, desenvolveram um assentamento rural no V Distrito de São João da Barra, na área da antiga “Fazenda Palacete”. Assim, seguindo alguns critérios<sup>5</sup>, propriedades foram cedidas as famílias no local que passou a se chamar “Vila da Terra”.

Deste modo, construída a partir da parceria entre a CODIN, a Prefeitura Municipal de São João da Barra e a LLX, a Vila da Terra foi planejada para alojar cerca de 90 famílias numa área que além das casas, contaria com uma quadra poli esportiva e um centro comercial. A Vila da Terra tem sido apresentada como um modelo inédito de reassentamento rural, e “vendida” como dentro dos padrões do Banco Mundial, referência internacional em reassentamento, contará com cerca de mil hectares (ALVARENGA, 2013, p. 50).

Contudo, em uma visita feita em 2016 no local, a área mostrou-se árida de produção e de relação social. Muitas das promessas feitas não foram cumpridas, e os moradores que viviam da agricultura se encontram em um solo pobre para plantio e sujeito a inundações em dias de chuva.

Pela ótica dos agricultores, o processo de desapropriação foi extremamente coercitivo e violento com a presença policial na tomada das terras; teve baixa participação em debates sobre a implementação do Complexo; houve uma desvalorização da terra pelas indenizações pagas e desrespeito a vontade de permanecer no seu lugar de origem (ALVARENGA, 2013, p. 13).

---

<sup>5</sup>Se proprietário/possuidor residindo em um imóvel rural inferior à 10 ha, decretado como utilidade pública; famílias em condição de hipossuficiência social; ter sido cadastrado na pesquisa socioeconômica aplicada em 2009 e atualizada em janeiro e março de 2011 (Alvarenga, 2013).

Em consonância com estas informações, a nova fase da Operação Lava Jato<sup>6</sup> revelou que o processo de desapropriação das terras do Açu foi um “presente” dado pelo então governador Sergio Cabral para Eike Batista em agradecimento a propina paga. Segundo o jornalista Lima (2017), o empresário pagou 37,5 milhões de reais ao estado do Rio de Janeiro por uma área de 75 mil metros quadrados que valia 1,2 bilhão.

Nesse sentido, o discurso econômico desenvolvimentista se fez presente de forma a contribuir com a “expulsão” desses moradores de seus lugares e atualmente para continuar a legitimar o poder no território. As empresas responsáveis ao patrocinarem eventos e projetos em São João da Barra e região, passavam vídeos promocionais mostrando os benefícios do Complexo para a população, dentre eles muitas vagas de emprego. A visão desenvolvimentista, que já estava posta institucionalmente, foi produzindo sentidos para a população, que passou a ver as desapropriações como um mal necessário para um bem maior.

Se de um lado, os agricultores veem nesse lugar o chão onde construíram sua história de vida, sua família e seu trabalho, os empreendedores e o próprio Estado veem essa terra como uma fonte de “progresso”, de “desenvolvimento para a nação” a partir do lucro, uma perspectiva estritamente econômica (ALVARENGA, 2013, p. 73).

Os agricultores desapropriados contra suas vontades, juntamente com aqueles que ainda resistem a sua retirada de seus locais de origem, se tornam invisíveis no discurso do desenvolvimento e um entrave para o “progresso”. É um processo que compreende um único tipo de desenvolvimento possível, aquele comandado pelo grande capital nacional e mundial, que aliado com um Estado negligente com a população, legitima a apropriação predatória do espaço.

Assim sendo, partindo do princípio de que é no território do Estado, enquanto espaço de governança, que os projetos se desenvolvem, é a ação do Estado que pode legitimar ou não a apropriação desse espaço. Deste modo, quando o Estado legitima a visão e o projeto de território do empreendedor, ele ignora as diferentes territorialidades que estão sob esse chão, neste caso, as territorialidades tradicionais. Tal opção em prol do empreendedor em detrimento dos habitantes de um dado território acaba negando toda a conflitualidade e disputas de poder a ele intrínsecos desde sua formação (ALVARENGA, 2013, 74).

Ao ignorar as territorialidades tradicionais, o Estado, endossa o discurso desenvolvimentista baseado em um único modelo, que é predatório. Este mesmo discurso vai ser

---

<sup>6</sup>Operação que investiga esquemas de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo políticos brasileiros, a Petrobrás e grandes empreiteiras.



transmitido por diversos veículos institucionais e suportes midiáticos, provocando uma reverberação de chavões por parte da população que acreditará neste modelo como sendo o mais adequado.

### **Prumo logística e o discurso imagético do Porto do Açú**

Com a crise financeira enfrentada pelo Grupo EBX, a implementação e administração do CLIPA, que pertencia a LLX, teve a venda do controle da empresa para a americana EIG Global Energy Partners e passou a se chamar Prumo Logística Global. Alguns canais midiáticos foram criados para apresentação do investimento, dentre eles um canal na rede social YouTube.

É por meio desse canal midiático que este trabalho irá debruçar-se. O canal “prumologística” se descreve da mesma forma que no site institucional: “Canal da Prumo, empresa privada brasileira que atua no setor de infraestrutura e logística. Atualmente constrói e desenvolve o Porto do Açú, localizado em São João da Barra, no norte do Estado do Rio de Janeiro” PRUMO (2013).

O Canal existe desde 27 de novembro de 2013, constando até a presente data 521 inscritos e 11.609 visualizações em um total de oito vídeos publicados. Apesar do canal existir desde 2013, o primeiro vídeo só foi publicado em 13 de abril de 2015. Se trata do vídeo intitulado “Assista ao programa Ecovia sobre a RPPN Fazenda Caruara” e se trata de uma reportagem feita pela TV Record da cidade de Campos dos Goytacazes sobre a área de 4 mil hectares que formam uma Reserva Particular de Patrimônio Natural.

As publicações seguem uma linha propagandística do funcionamento e grandiosidade do megaempreendimento. O segundo vídeo publicado, já uma produção própria, é o “1ª operação do T-MULT no Porto do Açú” (Publicado em 25 de setembro de 2015), se trata de um conjunto de imagens, sem narração ou informações textuais, de 2:02 min. de duração, mostrando uma embarcação atracando no terminal e o carregamento de mercadorias.

No terceiro vídeo, publicado em 19 de julho de 2016, chamado de “RPPN Fazenda Caruara – Porto do Açú” percebe uma intencionalidade mais direcionada já na descrição em que podemos observar que se trata de uma homenagem à reserva que está completando 4 anos de existência. As imagens são de apelo emocional mostrando belas paisagens da região com o seguinte texto:

Somos fruto da natureza. Já fomos sementes um dia. Crescemos. Fincamos as nossas raízes. Nós pensamos no coletivo e trabalhamos em equipe. Nosso corpo é parte de água, [Imagens da lagoa de Iquipari e de Grussaí] que nos dá vida. Nós fazemos parte do reino animal. Necessitamos de abrigo e proteção. Pertencemos a tribos diferentes. Mas sabemos conviver bem uns com os outros. Somos seres do mar. Somos seres da terra. Somos seres da restinga. Reserva Particular do Patrimônio Natural de Restinga Fazenda Caruara. São João da Barra-RJ. Maior unidade de conservação privada de restinga do Brasil. Patrimônio natural com mais de 4 mil hectares. Um dos mais importantes remanescentes de Restinga da região Norte Fluminense. Único viveiro

vegetal dedicado ao ecossistema. Fazenda Caruara: Abrigo de importantes espécies para manutenção da diversidade de fauna e flora da região. Importante apoio as pesquisas. Sua biodiversidade é uma fonte preciosa de conhecimento científico e ambiental. Esse é o nosso compromisso com a responsabilidade social. Porque fazemos parte da mesma família. E somos todos frutos da natureza (RPPN FAZENDA CARUARA PORTO DO AÇU, 2017).

Nesse primeiro conjunto de três vídeos é possível observar que a intencionalidade do discurso foi sendo construída ao longo dos anos na medida de uma necessidade de se auto afirmar socialmente no seu local de instalação. Nos dois primeiros vídeos percebe-se pouca preocupação com uma mensagem orientada e planejada. Contudo, no terceiro vídeo esses fatores aparecem fortemente.

É possível ver no texto que aparece sobreposto a belas imagens da RPPN, que um discurso de um desenvolvimento que não agride o meio ambiente é posto para celebração. O megaempreendimento se coloca como igual “Porque fazemos parte da mesma família” e como um benfeitor mor de um patrimônio de todos. Um discurso necessário pois já nesta época eclodiu pesquisas e denúncias dos impactos ambientais do CLIPA para o meio ambiente como salinização do solo, mudança da cadeia alimentar marinha, destruição do habitat de espécies bentônicas, diminuição da fertilidade do solo pelo desmatamento (MORAES, 2013).

O quarto e quinto vídeo são ecos dos anteriores, sendo o quarto “Private Nature Reserve – RPPN Fazenda Caruara – Açú Port”, publicado em 20 de julho de 2016, como uma tradução para o inglês do vídeo anterior. Isso demonstra um planejamento sistematização para a construção de uma imagem de empresa sócio ambientalmente responsável em diferentes escalas. O quinto vídeo, “1ª operação no T-OIL”, publicado em 5 de setembro de 2016, se parece muito com o segundo, mostrando imagens aéreas do porto e do terminal recebendo um navio que atraca, sendo que agora em um diferente terminal.

O sexto vídeo publicado no canal em 19 de setembro de 2016 é uma reportagem da emissora Inter TV, no programa Inter TV rural, com o título de “Assista a matéria sobre o fornecimento de alimentos pelos moradores da Vila da Terra”. A reportagem fala de produtores que incrementam a renda com a venda de produtos agrícolas para escolas municipais.

Alguns pontos merecem destaque. Primeiro, de um universo de 90 famílias a reportagem mostrou apenas dois produtores, contudo, induz o espectador a acreditar que é algo que acontece na localidade em sua totalidade. Segundo, a forma que se coloca parece que o fato é fruto de benefícios e intervenção da empresa Prumo, sendo que estes produtores só conseguiram espaço nas escolas por meio de uma lei federal, o Programa Nacional de Alimentação Escolar<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup>Iniciativa do Governo Federal que determina que 30% de toda a merenda das escolas, venha da agricultura familiar.

A reportagem destaca que o conhecimento técnico da produção já existia entre os agricultores, porém, o conhecimento para impulsionar as vendas veio por meio de uma parceria com o SEBRAE<sup>8</sup>. Apenas no final da reportagem uma representante da coordenação de responsabilidade social do Porto do Açu aparece falando da felicidade ao observar a situação, dizendo que seu principal papel é de apoio ao produtor na organização, documentação, todas as formas possíveis. Contudo, pelo que foi dito, nada muito diferente do que já faz o SEBRAE.

Em uma análise preliminar é entendido que pouco se tem feito, por parte da Prumo, que já não seja viabilizados por organismos estatais. Além disso, é de se destacar a baixa representatividade de produtores rurais na referida reportagem. Com uma mostra tão pequena não é possível afirmar que toda a Vila da Terra tem se beneficiado desta situação, como o espectador é levado a acreditar.

Pelo contrário, em uma pesquisa na mesma rede social com os verbetes “Porto + Açu” o que encontramos são vídeos de outras reportagens, inclusive da mesma emissora, documentários e imagens de cidadãos comuns com um contra discurso do posto no canal da Prumo.

No sétimo vídeo postado em 3 de outubro de 2016, chamado “Visita do Ministro ao Porto do Açu”, vemos um copilado de imagens, sem falas ou textos, da visita do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, com o objetivo de conhecer o CLIPA.

O último vídeo postado em 07 de fevereiro de 2017, intitulado de “Passeio aéreo no Porto do Açu” somente com imagens aéreas restritas do megaempreendimento. Mais da metade de seus 3:52 minutos foca nos terminais onde os barcos atracam. A outra parte do tempo um plano fechado em alguns locais próximos ao mar sem a identificação do que se trata.

### **Considerações finais**

O que podemos observar na série de oito vídeos postados na conta do YouTube da Prumo Logística é uma aglutinação de imagens que tentam promover em conjunto um discurso desenvolvimentista do Complexo Portuário. Em determinados momentos surgem distorções na narrativa que levam a crer que seu aparecimento foi dado como resposta a fatores que são externos e discutidos pela sociedade e organizações sociais locais.

Segundo Cruz (2016), os principais impactos que já se manifestaram na atividade portuária do Açu foram: deslocamento forçado e violento de pequenos produtores agrícolas e agropecuários; destruição de vegetação nativa de restinga e lagoas protegidas; inviabilização da pesca no perímetro de operação do porto; geração de uma situação de enclave por não interagir positivamente com a cidade e seu entorno, ao sobrecarregar a infraestrutura urbana precarizando serviços, trazendo problemas de

---

<sup>8</sup>Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

moradia, segregação socioespacial, mobilidade e delegando para a região atividades subsidiárias e de baixo rendimento.

Assim, esse discurso em vídeos aparece como forma de legitimar as ações no território ao tentar, a todo instante, encobrir as externalidades negativas das atividades portuárias. O vídeo institucional nada mais é do que uma propaganda de si para que o outro acredite e reforce uma narrativa que justifique um projeto de desenvolvimento excludente. Estes discursos, que se apresentam na forma de uma sobreposição de imagens, constroem uma narrativa capaz de influenciar decisões e fomentar apoio tanto popular quanto governamental.

Diante deste quadro, é preciso desenvolver um paradigma de desenvolvimento alternativo. Esse avanço precisa apoiar-se em um pensamento crítico e progressista capazes de responder a necessidades locais, sem submeter-se a promessas de um desenvolvimento ilusório por trazer contigo tantas externalidades negativas, visto que “estamos administrando o planeta para uma minoria, através de um modelo de produção e consumo que acaba com os nossos recursos naturais, transformando o binômio desigualdade/meio ambiente numa autêntica catástrofe em câmera lenta” (DOWBOR, 2014, p. 12). Mais do que isto, é preciso começar a construir discursos para legitimar novas alternativas ao que está posto como resolvido e incontestável.

## Referências

ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALVARENGA, Felipe Medeiros. *Os deserdados do desenvolvimento: o caso da implantação do Completo Portuário e Industrial do Açú e seus impactos socio-territoriais*. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

APPADURAI, A. *Dimensões culturais da globalização*. Alfragide: Teorema, 2004.

BOMENY, Maria Helena Werneck. *O Panorama do design gráfico contemporâneo: a construção, a desconstrução e a nova ordem*. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do Mundo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CRUZ, José Luis V.; TERRA, Denise; ALMEIDA, Érica. “(Des)integração periférica e espaços regionais globalizados”. *XIV Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em Globalização e Território*. Monterrey/México: 2016, 22p.

DOWBOR, Ladislau. *Entender a desigualdade: reflexões sobre o capital no século XXI*. In: PIKETTY, Thomas (org.). *O capital no século XXI*. São Paulo: Veneta, 2014.

DUQUE-PEREIRA, Ives da Silva. *A formação do designer gráfico para a sustentabilidade: desafios no ensino superior*. Monografia de Graduação em Design Gráfico, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.

ESCOBAR, Arturo. “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento?” In: EDGARDO, Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 133-168.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: São João da Barra. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330500>>. Acessado em 19 de fevereiro de 2017.

LATOUCHE, Serge. *A Ocidentalização do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 61-81.

LIMA, Mauricio. Radar On-line: Porto do Açú era contrapartida de Cabral para Eike. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/porto-do-acu-era-a-contrapartida-de-cabral-para-eike-batista/>>. Acesso em 10 de jul de 2017.

MACIEL, Marcos Antônio Esquef. *Desenho Industrial e desenvolvimentismo: As relações sociais de produção e o ensino de Design no Brasil*. Tese de doutorado em Educação – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

MEDEIROS, Caciane Souza de. “A materialidade da imagem e a ideologia no discurso da mídia do espetáculo”. *Revista Tecnologias de Linguagem e produção do conhecimento*, v. 2, p. 91-100, 2009.

MEGGS, Philip Baxter, PURVIS, Alston Willcox. *História do Design Gráfico*. 4 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MORAES, Roberto. Blog do Roberto Moraes: Avaliação de outros impactos gerados pelo Complexo do Açú. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2013/04/avaliacao-de-outros-impactos-gerados.html>>. Acessado em 19 de fevereiro de 2017.

O GLOBO. Porto do Açú: um megaempreendimento cercado de impasses. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/porto-do-acu-um-megaempreendimento-cercado-de-impasses-20197027>> Acessado em 19 de fevereiro de 2017.

PRUMO. Logística Global. Porto do Açú: o empreendimento. Disponível em: <<http://www.prumologistica.com.br/pt/superporto-do-acu/Paginas/oempreendimento.aspx>> Acessado em 19 de fevereiro de 2017.

RPPN Fazenda Caruara Porto do Açú. Prumo Logística. 2:50. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NPvD5LepyT4>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2017.